

TERCEIRIZAÇÃO TRABALHO DESUMANO E ABANDONO

210 mil pessoas trabalham por subcontratação no Estado

// BEATRIZ SEIXAS
// MIKAELLA CAMPOS
// VIVIANE CARNEIRO

Nos centros urbanos e algumas regiões rurais do Espírito Santo, a terceirização de mão de obra é usada como tentativa de esconder diversas irregularidades trabalhistas. Há pessoas humildes, que estão em busca de oportunidades mas encontram péssimas condições de trabalho. As constatações são do Ministério Público do Trabalho (MPT-ES).

São profissionais de setores como telecomunicações, confecções, construção civil, meltamecânica que, como mostram as investigações do MPT-ES, são enganados por empresas que atrasam ou, às vezes, nem pagam os salários, não entregam equipamentos de segurança e deixam de recolher encargos trabalhistas como INSS e FGTS.

No Estado, cerca de 210 mil pessoas são vinculadas a empresas de pequeno ou médio porte mas, na verdade, trabalham como funcionárias de grandes indústrias recebendo salário, em média, 27% menor.

Nos últimos cinco anos, o MPT-ES abriu mais de 100 inquéritos para apurar condições degradantes de trabalho, tendo ajuizado 14 ações civis públicas e firmado outros 14 termos de ajustamento de conduta com empresas.

Um desses inquéritos é

recente e foi instaurado depois que o MPT-ES recebeu denúncia do Ministério do Trabalho (MTE) de que 11 pessoas do Maranhão que realizaram a montagem de uma torre de telefonia em Araguaia, Marechal Floriano, foram abandonadas pela empresa Norte Amazônia.

A situação de abandono foi constatada pelo superintendente substituto do MTE, Alcimar Candeias e por sua equipe, durante uma fiscalização no município no último dia 11. A GAZETA acompanhou a operação e ouviu os relatos dos oito trabalhadores que ainda estavam em Marechal Floriano sem receber seus salários e sem ter sequer dinheiro para se alimentar e retornar para casa.

Além de não cumprir obrigações como o pagamento da remuneração e das verbas rescisórias – mesmo depois da finalização do serviço –, a contratante expôs os trabalhadores, segundo Candeias, a níveis de precariedade na execução das atividades, ao não oferecer, por exemplo, equipamentos de segurança adequados.

O caso chamou a atenção do MTE pelo grande número de subcontratações que aconteceram ao longo do processo. A Norte Amazônia foi contratada da Bimetal, que tinha um contrato com a BR Towers que, por sua vez, prestava serviços para a Vivo, uma espécie de “quintessência” de serviços.

Fernando e Antonio vieram do Maranhão e, além de não receberem os salários, não puderam voltar para casa

TORRE TERCEIRIZADA



A Gazeta | Editoria de Arte | Gilson

Histórias que marcam

Longe das famílias, trabalhadores não receberam salário e foram expostos a perigos

As poucas oportunidades de trabalho e os baixos salários pagos no Maranhão impuseram uma rotina de busca de empregos e viagens Brasil a fora aos 11 trabalhadores que realizaram a montagem da torre de telefonia em Araguaia, Marechal Floriano. Uma prática, segundo eles, nada aventureira, mas necessária a muitos dos 40 mil habitantes que buscam sustentar suas famílias na pequena Tuntum.

Os irmãos Antonio Janayl da Silva Ferreira, 28 anos, e Fernando da Silva Ferreira, 22 anos, em grande parte do tempo estão longe de casa. Eles relatam que os poucos empregos que existem no

município estão ligados à iniciativa pública ou ao serviço na roça. “Mas pagam muito mal”, reclama Antônio, ao comentar que com a peregrinação em obras do país consegue tirar de R\$ 2 mil a R\$ 6 mil por mês, de acordo com o contrato.

Ele se queixa que a remuneração mais atrativa nem sempre compensa a falta da família ou até dos hábitos que deixam para trás. “Tenho um filho de sete anos e minha mulher está grávida. É muito ruim ficar longe. Sem contar a comida que é diferente. Prefiro o feijão de corda ao que vocês comem aqui”, confessa.

Mas, para os maranhenses, pior do que a saúde foi a situação a que ficaram expostos. Fernando diz que nunca passou por nada parecido. “Foi a primeira vez

que tivemos essa dificuldade para receber. Não tinha como mandar nenhum dinheiro para o Maranhão. Meu filho de um ano e quatro meses passou mal, minha mulher ficou desesperada e eu não tinha o que fazer. Além disso, tive que mandar parar de construir nossa casa por não ter mais um centavo para tocar a obra”.

A agonia de Fernando era compartilhada pelos demais profissionais, que passavam grande parte do tempo na porta do hotel onde estavam hospedados à espera de uma ligação e solução para receberem seus direitos e terem como voltar para a cidade natal. Mas, ainda durante a montagem da antena, eles contam que também passaram sufoco.

“Durante o serviço, convivemos com a falta de aten-

ção da empresa e condições inadequadas de trabalho. Não foram oferecidos todos os equipamentos de segurança. Até calça fomos nós que compramos. Não tinha nem um banheiro no local ou próximo de onde a torre foi montada. E para piorar fomos enganados. O dono da Norte Amazônia combinou um salário com a gente e anotou outro menor na carteira”, afirma Antonio.

Os maranhenses destacam ainda a vergonha que passavam com a cobrança das dívidas que foram acumuladas no hotel e restaurantes. “A gente falava isso para o Cleibson (dono da empresa), mas ele dizia para esperar porque estava tentando um empréstimo. Só que ele nos enrolou tanto, que não acreditávamos em mais nada”, diz Fernando.

Dívida da empresa ultrapassou R\$ 85 mil

As dívidas trabalhistas e as despesas contraídas pela Norte Amazônia junto a empresas de prestação de serviços no município de Marechal Floriano ultrapassaram R\$ 85 mil, segundo o Ministério do Trabalho (MTE).

Dados da superintendên-

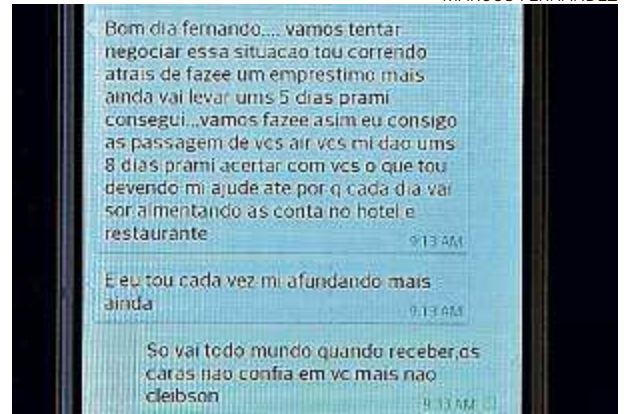
cia regional mostram que, desde quando os profissionais foram contratados, em outubro, até 14 de novembro, o débito era superior a R\$ 70 mil em salários e encargos trabalhistas. Mas, como os trabalhadores ficaram até a última terça (18) no

município, a quantia tem de ser atualizada, segundo o superintendente substituto do MTE-ES, Alcimar Candeias.

“Ainda que os trabalhadores estivessem parados, eles terão de receber por isso. Porque não foi uma escolha. O fato de a Norte Amazônia não pagar a passagem de volta e não acertar os salários deixou o grupo sem ter o que fazer e à disposição da empresa”.

Já as dívidas feitas na cidade totalizaram R\$ 15 mil. No hotel foram R\$ 6.222, em restaurantes R\$ 5.838 e R\$ 3 mil com o aluguel de transporte. Depois da intervenção do MTE e Ministério Público do Trabalho, os valores foram pagos às empresas e aos operários. “Mas a quantia dos trabalhadores foi insuficiente. Não chega a um quarto do valor devido”, esclarece Candeias.

MARCOS FERNANDEZ



Empréstimo

Em uma das mensagens trocadas entre o dono da Norte Amazônia e o trabalhador Fernando, Cleibson reconhece a dificuldade de conseguir dinheiro para pagar o salário e a passagem do grupo.

MARCOS FERNANDEZ



Abandono

Os trabalhadores acabaram de montar a torre em 1º de novembro, mas ficaram sem o pagamento e tiveram que esperar quase 20 dias para receber o valor da passagem de volta para o Maranhão.

MARCOS FERNANDEZ



Fiscalização

O superintendente substituto do Ministério do Trabalho, Alcimar Candeias, e fiscais do órgão estiveram em Marechal Floriano para apurar a denúncia de precarização do trabalho de terceirizadas.

MARCOS FERNANDEZ



Alívio

Depois de pendurar por quase um mês a conta das refeições dos trabalhadores, a sócia do Restaurante Stein, Silvana Fonseca, diz que se sentiu aliviada ao receber os R\$ 5.124 devidos.

DIREITOS TRABALHISTAS

OS NÚMEROS DA SUBCONTRATAÇÃO



Aproximadamente, **12 milhões** de trabalhadores do país, entre os **50 milhões** de empregados formais, são terceirizados

No Espírito Santo

Setores que mais terceirizam
COMUNICAÇÃO TRANSPORTES

Operadoras de telefonia

Firmas de transporte

210 mil

são funcionários de empresas de micro e pequeno porte, mas atuam em grandes indústrias

34 mil trabalhadores

60% das pessoas que atuam na área

Subcontratação

Dos 10 mil trabalhadores do setor de confecções de Colatina e S. Gabriel da Palha, 8 mil são de empresas terceirizadas de micro, pequeno ou médio porte, que fabricam peças para grandes indústrias de São Paulo e Belo Horizonte

Esse número representa **27%** dos **800 mil** trabalhadores do Espírito Santo

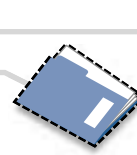
INVESTIGAÇÕES

Entre 2012 e 2014, o Ministério Público do Trabalho investigou cerca de **2 mil** novos casos de terceirização irregular ao ano, que resultaram no ajuizamento de **901** ações civis públicas e **793** termos de ajustamento de conduta em todo o país devido a irregularidades na contratação, muitas vezes, desumanas e precárias

Nos últimos 10 anos, o Ministério Público do Trabalho (MPT/ES) abriu **122** inquéritos civis para apurar irregularidades na terceirização nas empresas do Estado. As empresas suspeitas eram patroas de mais de **13 mil** funcionários. Cerca de **100** investigações foram iniciadas nos últimos 5 anos



Das **122** investigações, **14** culminaram em Termos de Ajustamento de Conduta (TAC). As empresas firmaram acordo com o MPT/ES, comprometendo-se a adequar e eliminar as irregularidades



Entre todos esses processos, **13** casos viraram ações civis públicas, que foram instauradas na Justiça do Trabalho entre 2009 e 2013 por causa da subcontratação irregular de mão de obra



Há em tramitação **24** inquéritos. O restante foi arquivado por motivos variados, como questões solucionadas sem necessidade de ação do MPT ou por falta de comprovação das irregularidades

Fonte: Dados do Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério Público do Trabalho, Procurador-Geral do Trabalho Luís Antônio Camargo de Melo e sindicatos

EMPRESAS NÃO OBSERVAM AS LEIS TRABALHISTAS

Grandes grupos também têm responsabilidade, diz MTE

«A situação vivida pelos operários que montaram a torre de telefonia em Araguaia, Marechal Floriano, é, segundo o superintendente substituto do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE-ES), Alcimar Candeias, “uma absurda e generalizada inobservância à legislação trabalhista”, que envolve não só a empresa contratante, no caso a Norte Amazônia, mas também grandes companhias que atuam em todo o Brasil.

Ele explica que, embora seja comum empresas tentarem se eximir de qualquer relação com os trabalhadores subcontratados, elas têm responsabilidade sobre essas pessoas. A preocupação de Candeias é de que as práticas observadas na fiscalização – que se enquadram nos artigos 203 e 207 do código penal – estejam sendo repetidas em outros locais.

“Também acreditamos que o caso possa configurar nefasta prática de analogia à escravidão. Pois os trabalhadores, além de aliciados, estavam sendo impedidos de retornarem aos seus Estados de origem”.

O superintendente explica que a terceirização na atividade finalística é ilegal.

POLÊMICA



“De acordo com o Tribunal Superior do Trabalho, a terceirização pode ser realizada somente nas atividades consideradas meio, e aí que o imbróglío é gerado”

ALCIMAR CANDEIAS
SUPERINTENDENTE/MTE

“De acordo com o Tribunal Superior do Trabalho, a terceirização pode ser realizada só nas atividades consideradas meio, e aí que o imbróglío é gerado. Já que identificar se aquela atividade é fim ou meio ainda é algo que gera dúvidas e polêmicas”.

Um dos fiscais do trabalho, que participou da operação em Marechal Floriano, ponderou que a terceirização em tese é positiva.

“Com a revolução do trabalho, as empresas começaram a se especializar e dar saltos tecnológicos. Mas o problema é que no Brasil as coisas se desvirtuam e há empresas que quebram a cadeia de responsabilidades”.

O presidente da Federação das Indústrias do Espírito Santo (Fines), Marcos Guerra, defende que a terceirização não deve ser colocada como uma vilã, mas analisada como uma forma de criar mais oportunidades e fortalecer a indústria nacional. “A terceirização ou até mesmo a produção sob encomenda não pode ser vista como precarização, mas como a ampliação da força de trabalho e como forma de tornar as empresas mais competitivas”.

Ele argumenta que as subcontratações permitem que as empresas se especializem, tenham mais capacidade de inovação e conquistem mais clientes. “Querer condenar a terceirização é ir na contramão do que faz o mundo desenvolvido. Agora, existir um compartilhamento da produção não significa que as empresas possam desrespeitar a lei”.

Guerra critica o fato de as

COMPETITIVIDADE



“A terceirização não pode ser vista como precarização, mas como a ampliação da força de trabalho e ainda como forma de tornar as empresas mais competitivas”

MARCOS GUERRA
PRESIDENTE DA FINDES

terceirizadas serem penalizadas pelo ato ilícito cometido por poucas empresas. E enfatiza que cabe aos órgãos do trabalho fechar o cerco contra as que estão infringindo a lei. Ele acrescenta que quando uma das partes do elo comete irregularidade, a contratante também deve ser responsabilizada. “Ao terceirizar, você tem que conhecer e acompanhar o que está sendo feito”, frisa.

OUTRO LADO

Empresas negam precarização

«A Telefônica Vivo informa que não é proprietária da torre e aluga infraestrutura para instalação de antena. “A operadora em nenhum momento utilizou os serviços das empresas citadas”. As empresas BR Towers e Bimetal foram procuradas, mas até o fechamento desta edição não retornaram às ligações e e-mails da reportagem.

O proprietário da Norte Amazônia, Clebson Santana Leal, negou que tenha abandonado o grupo de trabalhadores e garantiu que já realizou todos os pagamentos. “Nunca deixamos faltar nada a eles. Demos toda assistência, inclusive em relação aos equipamentos de segurança. Eles estão mentindo ao dizer que combinei um salário e paguei outro. Sem contar que eles pediram para eu dar baixa na carteira”;

ANÁLISE

Luta é de todos os brasileiros

«A terceirização generalizada é um problema grave que afeta o Brasil. Segundo o Dieese, há cerca de 12 milhões de trabalhadores terceirizados. Eles recebem menos do que os efetivos, trabalham mais e seus vínculos duram, em média, menos da metade do tempo. A terceirização rompe com a responsabilidade direta do empregador, impedindo seu acesso a benefícios legais. Também interfere nos mecanismos de responsabilidade social. Os terceirizados têm ainda maior possibilidade de sofrer acidentes de trabalho. Ao final, quem paga a conta somos nós, por meio do sistema público de saúde e de Previdência. A luta contra a terceirização é a luta de todos nós pelo respeito aos direitos trabalhistas.

LUÍS ANTÔNIO DE MELO
PROCURADOR-GERAL DO TRABALHO

Inquéritos abertos contra setores líderes em terceirização de 2004 a 2014

Setor	Quantidade de inquéritos
Confecção /vestuário	18
Poder público*	18
Transporte e logística	12
Saúde	8
Construção civil	7
Tecnologia da Informação	5
Mineração	4
Varejo	4
Alimentação	4
Bancos	4
Telecomunicações	3
Petróleo e gás	2
Celulose	1

*prefeituras e órgãos ligados ao governo

Os municípios com mais problemas de terceirização de 2004 a 2014 (número de inquéritos por cidade)

Vitória	35	Linhares	2
Colatina	34	Anchieta	1
Cariacica	9	Fundão	1
Vila Velha	8	Gov. Lindenberg	1
São Gabriel	5	Ibiraçu	1
São Mateus	4	João Neiva	1
Guaçuí	4	Marilândia	1
Aracruz	4	Nova Venécia	1
Serra	3	Pancas	1
Cachoeiro	3	Pedro Canário	1
		Marechal Floriano	1

AS IRREGULARIDADES

- Desvirtuamento da mão de obra
- Atividades insalubres
- Condições de trabalho precárias
- Jornada de trabalho exaustiva
- Não pagamento das verbas trabalhistas, como salário, férias e 13º
- Vínculos empregatícios mascarados por contratos de prestação de serviços
- Descontos indevidos no salário e não recolhimento de encargos como INSS e FGTS

ENTENDA A TERCEIRIZAÇÃO



O QUE É

É a contratação de empresas para prestar serviços em outras empresas



COMO É HOJE

Uma súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho (TST) - que rege a terceirização no Brasil, - diz que somente as atividades-meio podem ser terceirizadas, e não as atividades-fim (próprias). Ou seja, apenas funções que não sejam ligadas à parte central do negócio poderiam ser terceirizadas. O grande impasse é que a súmula não define o que pode ser considerado fim ou meio

A Gazeta | Editoria de Arte | Genildo

Exploração nas fábricas de roupa

Empregados têm rotina exaustiva, não recebem ou são contratados como empresários individuais

▄ Sob a capa de facções, empresas de pequeno e médio porte do setor de confecções em Colatina e São Gabriel da Palha são investigadas por usar a terceirização para fraudar leis trabalhistas.

Algumas firmas – vinculadas a grandes marcas da moda nacional, com sede em São Paulo – são subcontratadas para conduzir todo o processo de produção. Cobram pelas peças preços inferiores ao praticados pelo mercado e como não conseguem se manter, fecham as portas sem pagar os direitos dos empregados.

Em São Gabriel, sete empresas quebraram este ano. Em um dos casos, cerca de 60 trabalhadores, antes de serem abandonados pelos patrões, já estavam sem receber os salários. Empregados contam que foram até ameaçados pelo chefe.

Outras empresas, apesar de serem enquadradas como indústrias, não fabricam nenhuma peça e transferem toda a atividade econômica para Empreendedores Individuais (EIs), que recebem uma máquina para trabalhar em casa.

Denúncias do sindicato de trabalhadores da categoria afirmam que esses microempresários ganham pouco por produção, são sujeitos a jornadas de trabalho acima de oito horas diárias e ficam sem tempo até para fazer intervalo de almoço.

Uma dessas empresas, com sede em São Paulo e fi-



Tolentino: quem denunciava era ameaçado

lial em Colatina, foi processada pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) e condenada no Tribunal Regional do Trabalho (TRT/ES) por burlar a legislação.

A firma, que só embalava a mercadoria, dizia atuar em sistema de facção para terceirizar desenho, criação, artesanato, corte, costura, bordado, acabamento, lavanderia e expedição. A Justiça entendeu que a companhia usava os contratos com EIs para não recolher encargos como FGTS e INSS.

Orientação é seguir direitos trabalhistas

▄ O presidente do Sindicato das Indústrias de Vestuário (Sinvesco), Fábio Zanetti, diz que o setor usa o sistema de encomenda,

ABANDONADOS

No caso de São Gabriel, os maus-tratos foram denunciados ao Ministério do Trabalho, mas a fiscalização não chegou a tempo. “Na hora do almoço, o patrão ficava do lado de fora, debaixo de uma árvore, vigiando os funcionários. Quando via alguém entrar no sindicato, fazia ameaças. As pessoas ficavam com medo de denunciar”, conta o presidente dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário (Sintvest), Rogério Tolentino da Silva.

mas sem burlar a lei. “A divisão da produção agrega valor ao produto. A legislação permite a contratação de Empreendedores



O FGTS de Marina não foi depositado devidamente



Cristina: horas extras todos os dias e sem receber nada

Ele disse que a empresa pediu aos empregados para trabalharem até o dia 22 de abril. “Logo depois do feriado, os trabalhadores encontraram a fábrica fechada. As máquinas foram levadas. Entramos em contato com as empresas de São Paulo que haviam subcontratado a fábrica de São Gabriel, elas disseram que iam assumir a responsabilidade solidária, mas não fizeram”, explica Silva.

O sindicato levou o caso à Justiça ainda em abril,

mas só este mês os trabalhadores tiveram o direito de sacar parte do FGTS, já que o recolhimento foi parcial. Eles ainda não receberam os salários, férias e 13º atrasados.

Individuals e de empresas menores para ajudar em parte da produção. Ganhamos algumas ações na Justiça e temos o respaldo legal para terceirizar”, explica.

Segundo Zanetti, o sindicato orienta todas as empresas a cumprirem os direitos

trabalhistas. “Fazemos seminários, capacitações, mas temos dificuldades de chegar às empresas de fora do Estado, que contratam fábricas locais, pagando preços muito baixo pelas peças. Isso traz prejuízo ao mercado e reduz a competitividade das empresas do Estado”.

a jovem, que fazia costura de calça social. O emprego, que ela mantinha há três anos, foi a sua primeira experiência profissional. Ela conta que as empresas de São Paulo mandavam o tecido em rolos. “A gente entregava cortada, costurada, passada e etiquetada. “Sem meu salário, tive que abrir mão da minha festa de formatura. E o restante das despesas da faculdade, foram pagas pela minha família. Se eu pudesse escolher, eu nunca mais trabalharia com isso, principalmente em São Gabriel. Não é a primeira vez que acontece isso e, provavelmente, não será a última”.

a jovem, que fazia costura de calça social. O emprego, que ela mantinha há três anos, foi a sua primeira experiência profissional.

Ela conta que as empresas de São Paulo mandavam o tecido em rolos. “A gente entregava cortada, costurada, passada e etiquetada. “Sem meu salário, tive que abrir mão da minha festa de formatura. E o restante das despesas da faculdade, foram pagas pela minha família. Se eu pudesse escolher, eu nunca mais trabalharia com isso, principalmente em São Gabriel. Não é a primeira vez que acontece isso e, provavelmente, não será a última”.

A costureira Cristina, de 46 anos, também com nome fictício, só teve dois empregos até hoje. Trabalhou por quatro anos em uma fábrica e por seis anos em outra. Nenhuma das duas empresas fizeram acertos. Ela saiu sem nada.

O último vínculo de trabalho foi com a fábrica que fechou em abril. “Só recebi R\$ 1,1 mil de FGTS por seis anos de trabalho. Fiquei muito preocupada nesses meses sem trabalhar e sem receber nada. Minha casa foi sustentada pelo marido. Espero a solução dessa história para começar a trabalhar de novo. Tinha esperança de receber pelo menos o seguro-desemprego porque os outros benefícios, acho que perdi”.

A costureira conta que a jornada era exaustiva, chegando a fazer três horas extras por dia, sem receber a mais por isso.